

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.698, DE 2004

Acresce parágrafo ao artigo 1º da Lei n 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Autor: Deputado Ivan Paixão

Relator: Deputado Rafael Guerra

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei propõe a obrigatoriedade de representação do Poder Judiciário na formação do Conselho Nacional de Saúde.

Na exposição de motivos, o projeto aponta precariedade na ação do conselho de saúde como órgão decisório e controlador, o que prejudica a efetividade das políticas de saúde preventivas e assistenciais implementadas no País. Alega também que o Poder Judiciário tem o dever institucional de zelar pelo bom funcionamento das ações e dos serviços de saúde, podendo providenciar as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para tanto.

Esta Comissão de Seguridade Social e Família será a única a se pronunciar a respeito do mérito da proposição, que dispensa a apreciação do Plenário por ter caráter conclusivo nas comissões. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação, em seu aspecto de adequação financeira ou orçamentária, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito da sua constitucionalidade, regimentabilidade e juridicidade.



67039E0D00

II - VOTO DO RELATOR

O Sistema Único de Saúde (SUS), definido na Constituição Federal de 1988, representa um marco histórico. Modelar e arrojado, constitui avanço importante na concepção não apenas da saúde, mas também de todas as políticas públicas brasileiras.

A inovação conceitual implementada pelo SUS decorre de seus princípios constitucionais basilares – descentralização, atendimento integral e participação da comunidade – que foram posteriormente regulamentados pelas leis sanitárias. O presente projeto de lei vem tratar especificamente deste terceiro princípio: a participação popular na gestão e no controle do SUS.

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, em seu art. 1º, Inciso II, § 2º, define a criação dos Conselhos de Saúde nas três esferas de governo, para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde nas respectivas instâncias. Colegiados, esses órgãos são compostos por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários; no § 4º, essa norma define ainda que a participação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Assim, encontra-se legalmente estabelecida a participação da comunidade na definição de suas prioridades quanto a questões de saúde; essa foi uma das principais reivindicações dos que militaram pela construção do SUS. Ocorre, no entanto, que essa exigência legal não tem demonstrado a efetividade esperada, como bem diagnostica o nobre Deputado Ivan Paixão. A atuação precária de muitos dos Conselhos de Saúde decorre, paradoxalmente, do fato de a participação ativa da comunidade não apresentar legitimidade.

Vários são os motivos para esse fato, mas inequivocamente a questão cultural apresenta-se como decisiva. No Brasil, não existe o hábito da participação comunitária na gestão do bem público, tampouco o controle social vem sendo historicamente exercido a contento. É necessária uma radical



mudança de postura, e o tempo exigido para sua concretização não será o de apenas uma geração.

O projeto em apreço visa a sanar uma dificuldade concreta; a participação de um representante do Poder Judiciário nos Conselhos de Saúde poderia certamente ampliar seu caráter resolutivo. Contudo, tal inclusão no texto da lei, a reboque de possível incapacidade da sociedade em se organizar, não nos parece a medida mais adequada; fragilizaria ainda mais essa organização. O controle social cabe à sociedade civil; ao Estado, cumpre fomentar seu desenvolvimento e prover os instrumentos necessários para tanto.

Ainda, ressaltemos que o instrumento legal vigente já permite isso; seu caráter plural admite, entre os representantes do governo, a representação do Poder Judiciário.

Dessa forma, considerando as ponderações anteriores, votamos pela não aprovação do Projeto de Lei nº 4.698, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado RAFAEL GUERRA
Relator

